

cartas da cultura

fórum intermunicipal de cultura - fic

1996 - 2003

Realização:

Fórum Intermunicipal de Cultura - FIC

forumintermunicipaldecultura@saopaulo.org.br

Apoio:

Instituto Pólis

www.polis.org.br

Edição de Cartas de Cultura

CATALOGAÇÃO NA FONTE - PÓLIS/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FARIA, Hamilton e FERRON, Francisco (coord.)

Cartas da Cultura 1996 - 2003. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 32 p.

(Cadernos Pólis, 7)

1. Políticas Públicas. 2. Política de Cultura 3. Participação Cidadã. 4. Desenvolvimento Local. 5. Cidadania Cultural. 6. Diversidade Cultural. 7. Desenvolvimento Sustentável. I. Instituto Pólis. II. Fórum Intermunicipal de Cultura. III. Título. IV. Série. V. Carta de Vitória. VI. Carta de São Paulo. VII. Carta aos Candidatos. VIII. Carta de Rio Claro.

Fonte: Vocabulário CDI/Instituto Pólis

Cadernos Pólis 7

Coordenação: Hamilton Faria e Francisco Ferron

Produção: Diego Franco

Editoração: Iara Rolnik Xavier

Ilustração da Capa: Marcelo Bicalho

Revisão: Patrícia Villas Bôas Cueva

Editoração Eletrônica: Renato Fabriga

Sumário

Cartas da Cultura	5
Carta de Vitória: 1996	6
Direitos Culturais e Direitos Humanos	6
Quanto aos direitos culturais	8
Quanto ao poder público	8
Movimentos sociais de cultura	10
Carta de São Paulo: 2000	12
Plataforma cultural	14
Orçamento e gestão cultural	14
Participação e cidadania	14
Espaços e ações públicas	15
Educação e Cultura	16
Políticas culturais para os jovens	17
Patrimônio Cultural	17
Cultura da paz	18
Carta aos Candidatos	20
Eleições de 2002	20
1. Inclusão Cultural e Democratização da Cultura	23
2. Identidade e Diversidade Cultural	24
3. Integração de Políticas Públicas, descentralização, gestão e orçamento	25
Carta de Rio Claro: 2003	
(2º Fórum Regional de Políticas Culturais)	26

Cartas da Cultura

Há muitos anos o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) tem se dedicado a articular atores públicos - dos governos e da sociedade - e a construir propostas de políticas públicas de cultura. Estas cartas são resultado de vários debates públicos que o FIC tem estimulado desde sua criação, em 1995. Elas expressam a valorização do espaço local, a afirmação das identidades e a importância da diversidade, servindo como um importante instrumento para a construção da cidadania cultural e do desenvolvimento humano nas cidades.

FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA – FIC
Novembro de 2003

Carta de Vitória: 1996

Direitos Culturais e Direitos Humanos

A importância do tema do II Encontro Intermunicipal de Cultura, "Direitos Culturais e Direitos Humanos", e a importância da cultura nas políticas públicas locais, principalmente nesse momento de sucessão municipal, levou os participantes a sugerir e reivindicar alguns pontos sobre o fazer cultural nos municípios.

Sabe-se que, em geral, a cultura tem sido usada como um ingrediente irrelevante nos projetos de governos locais, quando muito usada para atrair pessoas no fortalecimento de estratégias políticas.

Os governos que se sucedem nos planos local, estadual e federal não têm dado a devida atenção à questão cultural no Brasil. São estimuladas as Artes como se fossem a totalidade da cultura, criam-se Leis de Incentivo à Cultura, incentiva-se o consumo cultural, mas esquece-se da cultura como problematizadora das relações entre os seres humanos e destes com a natureza.

Não entendemos que deva ser assim, pois consideramos a cultura como algo fundamental na constituição das sociedades humanas, que deve perpassar todas as áreas e ações da sociedade e dos governos.

A crise que vivemos nesse final de século e de milênio não é só social e econômica, mas de culturas e de valores humanos. O ser humano necessita de bens materiais e também busca bens simbólicos e imateriais (culturais). É preciso fazer uma conjunção das duas necessidades: material e espiritual.

É nesse contexto que colocamos o Direito à Cultura como Direito Humano e pensamos que a crise é também o lugar da criação e da oportunidade. A cultura política, as trocas entre as pessoas, a humanização das relações sociais podem e devem ser modificadas também pela ação cultural.

A produção material e a cultural convergem, hoje, no sentido da mercantilização das ações humanas: o mercado passa a ser o norteador também das ações culturais e o ser humano gerador de cultura tem de se adaptar às regras dessa "mão invisível" da economia. O discurso neoliberal marca a cultura só no seu aspecto mercadológico, considerando o ser humano como mero consumidor passivo de produtos culturais pré-fabricados. Através da globalização, promove-se o desenraizamento cultural, desfazendo, as-

sim, modos de vida locais, expropriando milhões de suas referências culturais e de suas próprias vidas. Um exemplo disso é a atual situação das populações negras e indígenas e dos trabalhadores sem terra, principais vítimas do *apartheid* social e cultural.

No Brasil, pela primeira vez a Constituição (1988) fala em **direitos culturais**, apesar de pouca coisa ter sido feita nesse sentido: o Movimento Nacional de Direitos Humanos vem promovendo várias atividades de resgate cultural e debates sobre a questão da cultura no Brasil; os movimentos de mulheres propõem redefinições no entendimento do ser humano e das relações homem-mulher na sociedade; os movimentos negros e indígenas afirmam a sua singularidade numa civilização excludente; os movimentos sociais, culturais e ecológicos lutam por uma cultura de direitos. Ao mesmo tempo, emergem governos sensíveis à importância da cultura na vida das pessoas, estimulando práticas de cidadania cultural por meio de diversas ações.

Essas iniciativas, se não resolvem os problemas de uma vez, colocam e dão visibilidade a questões antes nem tocadas, denotando o nascimento de um direito fundamental do ser humano. Não basta o cidadão só ter acesso a uma determinada cultura, mas há necessidade de promover processo de participação na esfera pública para que o cidadão seja agente da sua cultura, deflagrando uma ação permanente de criação cultural.

O poder local não pode mais se manter impermeável às reivindicações dos movimentos sociais de cultura, pois é no diálogo com esses movimentos e grupos organizados, assim como com a população em geral (o cidadão "comum"), que pode haver uma renovação de olhares e de vozes. Portanto, a sociedade deve se fazer presente participando dos espaços públicos nos municípios, pois é aí que acontecem as políticas sociais e públicas diretamente ligadas à população.

Estado e sociedade devem trabalhar para construir juntos uma esfera pública onde se possa pensar uma cultura política democrática apoiada na participação e nos direitos e que supere o autoritarismo, o paternalismo, o clientelismo, elementos presentes na sociedade e particularmente nos municípios brasileiros.

Recusamos a idéia de que o desenvolvimento econômico deva-se fazer destruindo a natureza. Lutamos por uma economia direcionada para a distribuição justa dos bens, para a preservação dos recursos naturais, com respeito pelas populações tradicionais que desenvolvem uma economia comunitária.

Recusamos a divisão esquemática entre modernidade e tradição. Pensamos que essas dimensões devem ser mais bem compreendidas e criticamente analisadas, para que se estabeleça um diálogo criativo entre as gerações e suas formas de expressão. Não abdicamos nem de nossa herança ancestral nem de nosso direito à invenção.

Recusamos a divisão entre cidade e campo. Queremos uma sociedade pluralista, que articule valores humanos de todos os ambientes e de todas as épocas.

Tendo isso em vista, propomos:

Quanto aos direitos culturais

Criar mecanismos eficazes que garantam o cumprimento dos artigos da Constituição brasileira e do "Projeto de Lei da Informação Democrática" que se referem a:

- O direito cultural como um direito à vida em suas mais diversas manifestações;
- O direito à liberdade de criação cultural como direito da pessoa humana;
- O direito à expressão das culturas locais nos meios de comunicação de massa;
- O direito humano e cultural como elemento importante na formulação de políticas culturais públicas, tanto de governos quanto da iniciativa privada;
- O direito à participação da sociedade civil (movimentos sociais de cultura, entidades, pessoas etc.) nos processos de decisão cultural nos municípios (governos locais) em órgãos de cultura (conselhos, comissões, comitês etc.);
- O direito à informação cultural como fundamento da formação cultural;
- O direito à cidadania cultural como base para a cidadania política e social.

Quanto ao poder público

- Estimular uma visão de cidade que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura;
- Considerar a importância do papel do poder público local na defesa do direito à cultura;

- Ampliar o conceito de cultura para além da produção artística e da realização de eventos;
- Valorizar a memória local, as tradições e os mitos das regiões;
- Incluir a questão cultural nos planos de desenvolvimento municipal (local) e regional (leis orgânicas, planos diretores, planos de governo e nos fóruns de reforma urbana, etc.);
- Implantar a descentralização cultural nas gestões locais, buscando desdobrar e multiplicar a ação cultural das secretarias no sentido de aprofundar as relações com os diversos atores locais (sindicatos, movimentos sociais de cultura, associações, bibliotecas, etc.);
- Criar e implantar uma política de desenvolvimento de recursos humanos na área cultural com vistas à profissionalização dos seus gestores e agentes culturais, formando quadro técnico para a área;
- Promover a integração dos diversos organismos que atuam no campo cultural, como setores do serviço público, órgãos ligados à educação, meio ambiente, memória e patrimônio, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de programas educacionais vinculados a todas essas áreas;
- Modificar as leis para garantir a criação de um órgão público de cultura com autonomia orçamentária;
- Garantir espaços em bairros e vilas para as diversas manifestações culturais locais, por meio da criação de casas de cultura, centros culturais, praças e, ainda, com a revitalização e a manutenção dos locais já existentes;
- Respeitar a autonomia dos grupos geradores de cultura;
- Incentivar a criação e a implantação de canais de comunicação alternativa (jornais, cadernos, rádios comunitárias e canais locais de TV a cabo);
- Promover a integração da cultura com as diversas áreas do serviço público;
- Trabalhar com o orçamento participativo no contexto de todas as políticas públicas no município, incluindo a participação com relação ao orçamento para a cultura;
- Garantir maior percentual para a cultura no orçamento global de cada município;
- Criar legislação específica que tenha como objetivo o levantamento, o registro, a recuperação e a promoção da memória da cidade;

- Garantir a participação dos movimentos sociais nos meios de comunicação de massa;
- Incentivar a criação e a implantação de leis de incentivo cultural nos municípios;
- Valorizar o patrimônio cultural com novos enfoques sobre os símbolos das histórias locais e regionais;
- Promover a integração de escolas, grupos de crianças e comunidades com as instituições culturais, criando e desenvolvendo serviços educacionais (visitas orientadas a museus, concertos, teatro, exposições, etc.) que possam fazer a ligação entre os órgãos de cultura e educação;
- Desenvolver pesquisas mapeando grupos culturais das cidades e regiões;
- Criar infra-estrutura para o desenvolvimento cultural dos cidadãos;
- Realizar promoção, por parte do Poder Público, de uma cultura na qual os valores humanos se sobreponham aos valores de mercado;
- Incentivar todas as formas de cooperação que revitalizem e criem valores humanos na cidade.

Movimentos sociais de cultura

- Revalorizar o tempo livre como tempo de criação cultural e artística, buscando equilibrar o tempo do trabalho com o tempo "liberado" e também considerar o trabalho como atividade humana e não só econômica;
- Fazer ocupação cultural dos espaços públicos que leve a cultura para fora dos templos e nichos institucionais de produção cultural;
- Criar fóruns locais favorecendo debates públicos sobre as políticas e projetos culturais;
- Apoiar o Movimento Nacional de Direitos Humanos, valorizando os direitos culturais e a ética pública;
- Considerar o processo cultural como exercício de cidadania e como instrumento de inclusão dos cidadãos na sociedade;
- Formatar e gerar rede de informações culturais ligadas à internet ou RNP;
- Incluir a cultura como elemento básico da mudança da cultura política.

Documento elaborado pelo II Encontro Intermunicipal de Cultura, coordenado pelo FIC (Fórum Intermunicipal de Cultura), realizado no período de 29/5 a 1/6 de 1996, em Vitória (ES). O evento teve a participação de mais de 300 pessoas, reunindo representantes de 45 municípios de 17 Estados brasileiros.

Entidades e representantes:

Fundação de Cultura Artística de Londrina (FUNCART)

Kennedy Piau Ferreira

Serviço Social do Comércio (SESC/SP)

Danilo Santos de Miranda e Francisco Ferron

Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa do Vale do Jequitinhonha – IVALE

Guilardo Veloso

Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Hamilton José Barreto de Faria e Valmir de Souza

Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê

Antônio Carlos Vovô

Casa da Paz

João Alves Duarte

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

André Freire

Secretaria de Produção e Difusão Cultural (UFES)

Sebastião Pimentel Franco

Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte

Maria Antonieta Antunes Cunha e Bernardo Novais Mata Machado

Secretaria de Cultura do Distrito Federal

Silvio Tandler e Manoel Cordeiro Lima

Carta de São Paulo: 2000

A crise que atravessamos neste final de milênio não é só econômica ou social, mas de civilização. Os principais problemas contemporâneos são também culturais e de valores. As pessoas anseiam, mais do que nunca, por bens materiais para garantir a sobrevivência, mas também desejam fruir de bens simbólicos, imateriais e espirituais. É preciso compreender que a solução dos nossos problemas está na resolução das múltiplas necessidades da vida.

Nesse contexto, o direito à cultura como direito humano assume uma centralidade jamais vista. A transição para um desenvolvimento sustentável deve privilegiar um estilo de vida que leve em conta os valores culturais.

Um dos resultados negativos da globalização é o amplo desenraizamento, que desfaz modos de vida local e expropria milhões de indivíduos de suas referências. Todo um processo cultural entra em decadência, oferecendo-se um padrão fabricado pelo consumo, que tem na mídia um emulador permanente, pasteurizando-se todo e qualquer tipo de diferença.

Assim, a visão dominante do desenvolvimento, que desconsidera os cidadãos ativos e participantes de processos vitais, pretende transformar todos em meros consumidores passivos, subordinados à mão invisível da economia. Também é grande o descaso das políticas públicas em relação aos jovens das periferias das cidades, jogados ao seu próprio destino, vivendo uma dura realidade sem alternativas, tendo como horizonte de sobrevivência a droga e o tráfico.

Apesar de tudo isso, há uma dinâmica cultural intensa, com movimento de grupos de jovens, artistas, mulheres, índios e negros, movimentos ecológicos, experiências democráticas de governos – interessados em promover a identidade e o desenvolvimento cultural. Essas manifestações acontecem em alguns municípios e contribuem para a construção da cidadania cultural. A arte, nesse contexto, além de ser a linguagem mais compreendida pelos jovens, traz o encantamento e a criação de verdadeiras comunidades de emoção, até então esquecidas no mundo movido obsessivamente pelo consumo.

Os governos locais e os representantes das câmaras municipais não podem mais viver alheios a esses novos olhares e vozes que renovam a vida das

nossas cidades, contribuindo para a elevação da auto-estima das pessoas e para a criação de um forte sentido de pertencimento à comunidade e à cidade. Governos e sociedade devem trabalhar juntos para construir uma cultura democrática, componente central do desenvolvimento humano, que supere o autoritarismo, o clientelismo e a privatização do bem público por grupos de interesse, ainda muito presentes nos municípios brasileiros.

É urgente o enfrentamento da grave crise social que destrói a qualidade de vida, o sentimento de pertencer a uma comunidade e seu imaginário, afetados pela erosão das relações e pela violência, fenômenos que atingem a maioria das cidades, principalmente as metrópoles.

Assim, as políticas culturais são fundamentais para a transformação da realidade social, para o combate à exclusão social e cultural, criando uma cultura da paz, que deve ser feita pelo acolhimento e pela solidariedade, especialmente de crianças e jovens.

Queremos uma Política Cultural que democratize a gestão dos municípios e inclua a comunidade nas decisões culturais e nos processos participativos. Queremos um município que respeite os valores humanos e as culturas locais.

Cultura é também qualidade de vida e qualidade de *ser*. O desenvolvimento não pode ser promovido sem a Cidadania Cultural. Uma sociedade sustentável promove a diversidade cultural, o pluralismo e a solidariedade.

Portanto, defendemos os seguintes pressupostos:

- 1) A cidadania cultural como um direito à vida em suas mais diversas manifestações e como base para o exercício da cidadania plena;
- 2) O direito à liberdade de criação cultural como direito inalienável dos seres humanos, sem o qual jamais se chegará à liberdade;
- 3) O direito à participação da sociedade nos processos de decisão cultural;
- 4) O direito à informação como fundamento da democratização da cultura;
- 5) O respeito à expressão da diversidade como fundamento de uma verdadeira democracia cultural.

Essas cinco idéias devem se articular com a promoção de uma cultura da ética e da moralidade públicas, sem a qual jamais se construirá uma verdadeira democracia cultural. Tendo em vista esses pressupostos, apresentamos as proposições contidas na plataforma a seguir.

Plataforma cultural

Orçamento e gestão cultural

- 1) Garantir maior percentual para a Cultura no orçamento global do município, no mínimo 2%, possibilitando a execução de políticas culturais amplas e eficientes;
- 2) Criar estruturas administrativas da Cultura com recursos e ações próprias;
- 3) Implantar a descentralização cultural nas gestões locais, buscando desdobrar e multiplicar a ação cultural das estruturas administrativas da Cultura, valorizando a cultura local – sem perder sua dimensão universal –, as especificidades e diferenças regionais e a relação com os diversos atores locais; ampliar os equipamentos culturais da cidade, tradicionalmente concentrados nos centros urbanos;
- 4) Valorizar e apoiar as manifestações culturais e artísticas locais, mesmo aquelas não reconhecidas e “consagradas”, oferecendo-lhes condições e materiais de trabalho;
- 5) Implementar atividades geradoras de emprego e renda a partir de estudos e pesquisas.

Participação e cidadania

- 1) Estimular a criação de Conselhos Municipais de Cultura com a participação ativa de representantes eleitos nas diversas áreas culturais, com a função de formular políticas públicas democráticas de cultura para o município e deliberar sobre prioridades e investimentos;
- 2) Estimular a participação direta dos atores culturais nos processos de decisão;
- 3) Implantar Leis de Incentivo Cultural no município, criando procedimentos democráticos para a sua utilização e canais de participação e controle pela comunidade;
- 4) Incluir a questão cultural nos planos de desenvolvimento municipal por meio de leis orgânicas, planos diretores, orçamento participativo, Fóruns de Reforma Urbana etc.;
- 5) Incentivar a implantação de canais de comunicação no município, como jornais, rádios e TVs comunitárias, com a participação do Estado e da sociedade;

- 6) Construir canais diretos de comunicação com a população por meio de Conversas de Rua, TV de Rua, TV Comunitária etc.;
- 7) Apoiar movimentos sociais e culturais portadores de novos valores éticos para o convívio entre os indivíduos e a natureza, como, por exemplo, os movimentos de mulheres e minorias, os movimentos raciais, étnicos e ecológicos, os movimentos pela ética e pela paz, os movimentos de consumidores etc.;
- 8) Estabelecer ou apoiar fóruns de debate com os atores sociais e culturais sobre as identidades locais e regionais;
- 9) Realizar mapeamento para um melhor conhecimento da diversidade cultural do município;
- 10) Democratizar o acesso à informação cultural por meio da internet;
- 11) Incorporar a prática da Cidadania no currículo das escolas como tema transversal.

Espaços e ações públicas

- 1) Garantir espaços em bairros e vilas para as diversas manifestações culturais com a criação de casas de cultura, centros culturais, barracões culturais, centros de convivência etc.;
- 2) Estimular ações de ocupação cultural dos espaços públicos – praças, ruas, viadutos, estações de metrô, escolas etc. –, promovendo a cultura em outros ambientes que não os templos institucionais de produção cultural e tornando esses lugares pontos de encontro da comunidade.
- 3) Promover a revitalização cultural dos espaços já existentes, humanizando a cidade e promovendo a auto-estima dos cidadãos;
- 4) Instrumentalizar o espaço público para o exercício da arte;
- 5) Disponibilizar equipamentos e espaços públicos para preservar e produzir cultura;
- 6) Regulamentar a apropriação privada dos espaços públicos, evitando a poluição visual;
- 7) Restringir espaço de propaganda em muros e transformá-los em lugar de expressão cultural;
- 8) Criar leis de apropriação e uso de espaços abandonados e ociosos para fins culturais;
- 9) Realizar parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para a restauração ou adequação dos espaços;

- 10) Condicionar apoios culturais do poder público a contrapartidas que beneficiem a comunidade pela ocupação dos espaços públicos;
- 11) Mobilizar a população e a comunidade para a apropriação e o uso dos espaços públicos.

Educação e Cultura

- 1) Promover uma pedagogia de integração social e colaboração entre diversos organismos que atuam no campo cultural, facilitando o desenvolvimento de programas educacionais;
- 2) Promover a integração de escolas, grupos de crianças e comunidades com as instituições culturais, criando e desenvolvendo serviços educativos (visitas orientadas a museus e lugares históricos, concertos, exposições, mostras culturais), que possam fazer a ligação entre os órgãos de cultura e educação;
- 3) Integrar ações de várias secretarias e departamentos para o desenvolvimento de atividades culturais em escolas e universidades;
- 4) Respeitar a diversidade cultural nos currículos escolares e em outras atividades da escola; reconhecer e ensinar as culturas minoritárias;
- 5) Desenvolver ações culturais que visem à educação para um consumo de qualidade;
- 6) Entender o tempo livre como um momento de educação e formação cultural;
- 7) Criar espaços físicos adequados, ou readequar os já existentes, para atividades culturais que contribuam para a formação de verdadeiros cidadãos;
- 8) Qualificar agentes culturais e professores para desenvolver projetos que integrem várias áreas do conhecimento;
- 9) Desenvolver atividades comunitárias que estimulem uma cultura da cooperação;
- 10) Efetivar agentes culturais para atuarem de forma integrada com o corpo docente escolar, a fim de traçar estratégias de trabalho que interfiram diretamente nos hábitos culturais da comunidade escolar (preservação, reaproveitamento, reciclagem, redução do consumo etc.);
- 11) Abrir à comunidade o espaço escolar para atividades culturais e lazer criativo;

- 12) Desenvolver ações comunitárias para erradicar as discriminações raciais, econômicas, de gênero e idade;
- 13) Acompanhar a introdução da disciplina Arte nas escolas;
- 14) Desenvolver a “educação para a preservação” dentro e fora da escola;
- 15) Garantir transporte para acesso a ambientes e equipamentos culturais.

Políticas culturais para os jovens

- 1) Respeitar a juventude enquanto um tempo de experimentação e construção das perspectivas de vida;
- 2) Criar políticas culturais específicas para os jovens, especialmente os da periferia, contribuindo para reinseri-los socialmente;
- 3) Procurar estabelecer diálogos e parcerias com as instituições, projetos e movimentos sociais de e para jovens, principalmente as iniciativas em que estes são os protagonistas da transformação social;
- 4) Observar a si mesmo e não deixar morrer dentro de si seu lado jovem e criança, de modo a não reproduzir os paradigmas de um mundo envelhecedor, pois só assim será possível ouvir com sinceridade a juventude;
- 5) Considerar o jovem como sujeito de potencial criativo e ativo, dando-lhe espaço real, e não apenas simbólico, para participar dos projetos de políticas públicas;
- 6) Promover integrações entre espaços culturais via sistemas de transporte nos fins de semana.

Patrimônio Cultural

- 1) Promover a recuperação do Patrimônio Histórico, artístico-cultural, ambiental e da memória local, envolvendo governo, iniciativa privada e ação da comunidade;
- 2) Valorizar o Patrimônio Cultural com novos enfoques sobre os símbolos das histórias locais e regionais;
- 3) Criar conselhos comunitários de patrimônios – construídos, vivos e ambientais – que também decidam sobre reserva de espaços públicos para uso futuro;
- 4) Desenvolver programas de educação para preservação do Patrimônio Cultural;

- 5) Formar centros de memória e arquivos públicos visando à disponibilização para a pesquisa e a informação;
- 6) Criar políticas de incentivo à preservação dos patrimônios;
- 7) Educar as comunidades a utilizar o patrimônio como suporte de identidade e como perspectiva de construção do futuro;
- 8) Criar mecanismos de premiação de projetos de preservação e revitalização do patrimônio;
- 9) Refuncionalizar e readequar o patrimônio histórico para atividades culturais;
- 10) Reabilitar os entornos dos espaços culturais;
- 11) Preservar o patrimônio afetivo (lugares de convivência formados espontaneamente pela população);
- 12) Incentivar a formulação de leis de criação de arquivos públicos e centros de memória.

Cultura da paz

- 1) Incluir em todas as propostas sociais a cultura como essência agregadora e formadora da paz;
- 2) Articular as políticas sociais que buscam a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social, com propostas de difusão de valores para a construção da paz;
- 3) Desenvolver atividades artísticas para a promoção da paz;
- 4) Promover campanhas que incentivem prioritariamente o diálogo com as diversidades e não somente enfatizem o discurso da tolerância;
- 5) Estimular o debate sobre o papel dos meios de comunicação e sua responsabilidade na construção da paz;
- 6) Estimular a ação direta do cidadão para fiscalizar a veiculação de notícias que incentivam a violência, dando maior visibilidade ao "correio da boa notícia";
- 7) Transformar e substituir símbolos de destruição por símbolos da paz;
- 8) Promover Fóruns de discussão que estimulem uma educação para a mídia, em que seja abordado o consumo de programas e produtos que incentivam a violência;
- 9) Criar uma "cultura da punidade", substituindo a impunidade presente na cultura política brasileira;

- 10) Promover campanhas pela paz envolvendo o conjunto da população;
- 11) Apoiar movimentos de valorização da vida como condição das construções da paz e da cidadania plena;
- 12) Comprometer-se a não acionar a polícia para reprimir manifestações pacíficas e a condenar essas ações;
- 13) Combater a privatização da autoridade no espaço público (como é o caso da atuação de chefes de gangues em alguns bairros da cidade);
- 14) Estimular o desarmamento, controlando o uso de arma de fogo (pelos criminosos, policiais e população em geral);
- 15) Desenvolver ações de apoio a campanhas de valorização e reforma das polícias, para que essas forças inspirem segurança e respeito à comunidade;
- 16) Apoiar as propostas do "Manifesto 2000 por uma Cultura da Paz e da não-violência", iniciativa coordenada pela UNESCO, pois é "responsabilidade de cada um colocar em prática os valores, as atitudes e as formas de conduta que inspirem uma Cultura da Paz".

Esta carta-proposta aos candidatos a prefeito e a vereador nas eleições de 2000 foi elaborada pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) a partir de uma escuta de gestores e administradores de cultura, técnicos, agentes, produtores e criadores culturais, movimentos sociais de cultura, ONGs, grupos culturais, pesquisadores e artistas, realizada no dia 7 de julho de 2000, em São Paulo. Participaram desse evento cerca de 50 pessoas, que estiveram representando vários municípios dos seguintes Estados: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Alagoas. Este documento foi enriquecido por sugestões de representantes do FIC nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Acre e Distrito Federal.

Este documento foi amplamente distribuído e divulgado em todo o país, e entregue a candidatos às eleições municipais 2000. A Carta de São Paulo é hoje referência para movimentos culturais e gestões públicas.

FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA – FIC

Carta aos Candidatos

Eleições de 2002

Senhores candidatos,

Assistimos atualmente, em todo o país, à efervescência de uma dinâmica social revelada pelas manifestações culturais que, a cada vez, confirmam a diversidade como marca da identidade brasileira. De Norte a Sul, eclodem movimentos de grupos de jovens, artistas, mulheres, índios e negros, movimentos ecológicos, experiências democráticas de governos, enfim, toda uma dinâmica gerada não só por aqueles comprometidos diretamente com a cultura, mas envolvendo, sobretudo, os cidadãos interessados em construir uma expressão cultural da cidadania. As políticas públicas não podem mais estar alheias a esses novos olhares e vozes que renovam a vida das nossas cidades, contribuindo para a afirmação soberana das pessoas e para a criação de um forte sentido de pertencimento à comunidade e às regiões.

Desse modo, incluir a cultura nas diretrizes de governo é legitimar essa esfera como indispensável ao desenvolvimento social; é, por outro lado, resgatar a idéia do símbolo, do sonho, das raízes culturais, enfim, tudo o que foi negado pela lógica avassaladora do mercado, que submete o *ser* ao *ter*, disseminando a idéia de que a pessoa vale aquilo que pode consumir.

A crise que atravessamos neste novo milênio é decorrente da evolução e da aceleração desse processo. O consumo não gerou a felicidade prometida pela publicidade. Pelo contrário, o resultado dessa frustração somado à formação de zonas crescentes de miséria, só tem contribuído para a barbárie. A crise, pois, não é só econômica ou social, mas de civilização. Os principais problemas contemporâneos são também culturais e de valores. As pessoas anseiam pela garantia da sobrevivência, mas também desejam, mais do que nunca, fruir de bens simbólicos, imateriais e espirituais. É preciso compreender que a solução dos nossos problemas está na resolução das múltiplas necessidades da vida.

O desenraizamento cultural é um dos principais resultados negativos da globalização; ele desfaz modos de vida local e expropria milhões de indivíduos de suas referências. Todo um processo cultural entra em decadência,

oferecendo-se um padrão fabricado pelo consumo, que tem na mídia um emulador permanente, que busca pasteurizar todo e qualquer tipo de diferença. Trata-se hoje de incorporar políticas públicas de resistência à globalização cultural, não com a ilusão purista de retornar a um passado estático, mas de construir um futuro que não seja um modelo padronizado, que admita a existência de modos de vida diferentes que, por sua vez, criam processos simbólicos e culturas também diversas. É preciso impedir que a globalização seja a anulação das diferenças e a integração a um mundo uniforme e desumano. É preciso, pois, garantir o direito à ancestralidade e o direito à invenção.

Desse modo, o direito à cultura como direito humano assume uma centralidade jamais vista. A transição para um desenvolvimento sustentável deve privilegiar um estilo de vida que leve em conta os valores culturais. É importante se contrapor à visão dominante do desenvolvimento que desconsidera os cidadãos ativos e participantes de processos vitais e pretende transformar todos em meros consumidores passivos, subordinados à mão invisível da economia.

Os governos e representantes do legislativo não podem continuar implementando políticas públicas que separem desenvolvimento econômico, social e cultural. Mais do que nunca, torna-se evidente que o desenvolvimento passa, necessariamente, pela cultura, porque o que move pessoas e comunidades a pensar e fazer um país sem miséria, sem violência e com mais igualdade é o sonho de um mundo melhor e mais humano. Ou seja, sem a arte, sem os símbolos da cultura, sem o imaginário, não há sequer o sonho, não há a criatividade para pensar soluções possíveis.

Assim, as políticas culturais são fundamentais para a transformação da realidade social, para o combate à exclusão social e cultural, criando uma cultura da paz, que deve ser feita pelo acolhimento e pela solidariedade, especialmente de crianças, jovens e idosos. As políticas públicas têm tratado o jovem com descaso, principalmente aqueles das periferias das grandes cidades, jogados ao seu próprio destino, vivendo uma dura realidade sem alternativas, tendo como horizonte de sobrevivência a droga e o tráfico. Igual descaso sofre a população idosa, já que não existem políticas públicas que atendam às demandas específicas dessa parcela da população.

Queremos Políticas Públicas de Cultura que democratizem a gestão do país, dos Estados e municípios, que regionalizem a gestão e a produção cultural, que incluam a comunidade nas decisões culturais e nos processos participativos.

Queremos governos que respeitem os valores humanos e as culturas locais.

Queremos uma integração das políticas públicas de cultura com outras políticas sociais e ações cidadãs, que possam multiplicar práticas educativas, além da escola, por toda a sociedade e, dessa forma, educar para uma vida mais digna.

Nesse contexto, a arte, por ser a linguagem mais compreendida pelos jovens, traz o encantamento e a criação de verdadeiras comunidades de emoção, atualmente esquecidas no mundo movido pela paixão fugaz e obsessiva do consumo de bens e emoções industrializadas. E, por ser linguagem, a arte também pode ser método e forma de comunicação, sem com isso ser reduzida, necessariamente, a uma arte panfletária.

Governos e sociedade devem trabalhar juntos para construir uma cultura democrática, componente central do desenvolvimento humano, que supere o autoritarismo, o clientelismo e a privatização do bem público por grupos de interesse, ainda muito presentes nas gestões públicas brasileiras.

Consideramos que os próximos governos eleitos deverão enfrentar o desafio posto pela exclusão cultural, implementando políticas públicas voltadas para as populações mais carentes, democratizando o acesso à cultura e aos recursos culturais hoje destinados, principalmente, aos que desfrutam de uma condição social privilegiada.

Portanto, conclamamos os futuros gestores a defender os seguintes pressupostos:

- 1) A cidadania cultural como um direito à vida em suas mais diversas manifestações e como base para o exercício da cidadania plena;
- 2) O direito à liberdade de criação cultural como direito inalienável dos seres humanos, sem o qual jamais se chegará à liberdade;
- 3) O direito à participação da sociedade nos processos de decisão e a implementação de uma cultura participativa;
- 4) O direito à informação e à formação como fundamentos da democratização da cultura;
- 5) O respeito à expressão da diversidade como fundamento de uma verdadeira democracia cultural;
- 6) O direito à inclusão cultural em todos os níveis a partir da criatividade das pessoas, grupos e movimentos;
- 7) O direito a uma cultura de paz, condição para uma vida equilibrada e harmônica.

Essas sete idéias devem se articular com a promoção de uma cultura pública da ética e da moralidade, sem a qual jamais se construirá uma verdadeira democracia cultural. Tendo em vista esses pressupostos, propomos aos futuros presidentes, governadores, deputados e senadores a seguinte plataforma:

1. Inclusão Cultural e Democratização da Cultura

Garantir o desenvolvimento de uma política de inclusão cultural e democratização da cultura que permita a participação da população nos processos criativos, o acesso à cultura em todos os níveis e a participação nas decisões sobre o fazer cultural. Isso implica em:

- Distribuição dos recursos em todas as regiões do país: hoje, a concentração de recursos se dá nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as regiões Norte e Nordeste contam com escasso financiamento à cultura. Nos Estados, uma parte substancial se destina às capitais;
- Democratização da distribuição dos recursos estatais, como Lei Rouanet, oriundos de renúncia fiscal, ou oriundos de fundos de investimentos: BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), FNC (Fundo Nacional de Cultura) etc.;
- Recriação do Conselho Federal de Cultura, dinamização e reorganização dos Conselhos Estaduais e Municipais. As prioridades devem ser definidas pelos Conselhos de Cultura, que neste campo devem ter competência deliberativa;
- Reinstalação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA);
- Criação de Fundos de Pequenos Projetos Culturais que atendam as populações que sofrem exclusão cultural, principalmente nos bairros mais pobres das grandes cidades e no interior do país e dos Estados;
- Garantia de participação majoritária da sociedade civil nos mecanismos de aprovação de projetos;
- Garantia de transparência e livre acesso a informações de todos os mecanismos de financiamento à cultura, federal, estadual e municipal;
- Distribuição equilibrada de recursos entre espetáculos e obras artísticas, construção de equipamentos públicos de cultura e formação cultural;
- Prioridade para as comunidades desprovidas desses equipamentos.

2. Identidade e Diversidade Cultural

- Apoio a manifestações culturais da população, ancestrais, contemporâneas, consagradas, experimentais, de múltiplas linguagens, populares e eruditas que sejam relevantes para os processos de identidade e diversidade do país;
- Debate público sobre a identidade cultural do país nos processos de globalização, envolvendo as várias regiões, segmentos da população, a União, os Estados e municípios;
- Estímulo à interculturalidade entre regiões (conhecer o Brasil) e entre nações, particularmente com países da América Latina, África e Ásia;
- Apoio a trabalhos públicos e desenvolvimento de ações com a UNESCO, governos Estaduais e Municipais visando à criação de uma cultura da paz;
- Desenvolvimento de campanhas contra o racismo, o preconceito e a intolerância religiosa;
- Criação de Políticas Culturais de defesa da produção e da distribuição dos bens culturais nacionais, do livro, das artes e do audiovisual;
- Criação de Políticas Públicas de Cultura de defesa e difusão da língua portuguesa e das línguas indígenas e africanas;
- Definição de políticas públicas para a produção de vídeos, livros, discos, rádio, televisão e cinema, de defesa da criação brasileira, que inclua os excluídos, garanta a qualidade artística, técnica e ética da produção cultural;
- Estímulo ao debate sobre o papel dos meios de comunicação na construção da cidadania e criação de canais de controle social sobre a qualidade ética da produção televisiva e da imprensa escrita, a partir de parâmetros públicos, evitando qualquer processo de censura característico dos regimes autoritários, ou mesmo implementado pelo mercado;
- Garantia à regionalização da produção jornalística e artística, oriunda das comunidades, nos meios de comunicação;
- Apoio a meios de comunicação comunitários que reforcem valores e contribuam para a participação popular e a cidadania entre as populações que sofrem a exclusão cultural;
- Estímulo à produção regional, cultural e local.

3. Integração de Políticas Públicas, descentralização, gestão e orçamento

- Ampliar o orçamento destinado à cultura para, no mínimo, 2% do orçamento geral da União;
- Promover a integração das políticas públicas visando a criar políticas de cultura para o país que sejam portadoras de uma visão de desenvolvimento cultural, da cidadania e da identidade e diversidade culturais;
- Descentralizar o Ministério da Cultura, para aprovar financiamentos e impulsionar a ação regional;
- Agir de forma integrada com todos os ministérios, especialmente Educação, Ciência e Tecnologia, Comunicação/Telecomunicação e Justiça;
- Interação dos governos com entidades e organizações da sociedade civil, através de diálogos e parcerias;
- Escolher os dirigentes culturais baseados em critérios profissionais, e não fisiológicos;
- Estimular a criação de Programas de Arte-Educação, integrando Políticas de Educação e Cultura.

Esta carta-proposta aos candidatos nas eleições de 2002 foi elaborada pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) a partir de uma escuta de gestores e administradores de cultura, técnicos, agentes, produtores e criadores culturais, movimentos sociais de cultura, ONGs, grupos culturais, pesquisadores e artistas, durante o ano de 2002. O encontro final para a elaboração da carta ocorreu na cidade de Marechal Deodoro, Alagoas, nos dias 30 e 31 de agosto de 2002.

Pedimos a todos que reproduzam esta carta-proposta e distribuam em suas cidades, a seus candidatos, debatam no seu comitê, realizem lançamentos públicos, leiam em eventos culturais e divulguem pela internet. Exercem a sua Cidadania Cultural.

FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA – FIC
Setembro de 2002



Carta de Rio Claro: 2003

Nós, artistas, escritores e poetas, agentes e produtores culturais, gestores de governo, redes de cultura e cidadãos, de todo o país, reunidos no Centro Cultural Roberto Palmari, em Rio Claro, Estado de São Paulo, entre 21 e 23 de maio de 2003, no II Fórum Regional de Políticas Culturais, promovido pelo Corredor Intermunicipal de Cultura, primeiro evento associado ao Fórum Cultural Mundial, que será realizado em São Paulo e também inserido no contexto preparatório do Fórum Universal das Culturas, previsto para acontecer em Barcelona, ambos em 2004, e no processo do Fórum Social Mundial, após debates, vivências e trocas culturais, declaramos que:

Vivemos hoje uma crise civilizatória que atinge todo o planeta, as vivências, as ações, o pensamento e que tem sua face mais cruel no descaso pela vida humana. Ela é produzida pela irresponsabilidade das elites que acreditam apenas no seu modo de vida e de mercado e decidem soluções apenas na órbita monetária, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta.

Não obstante e, felizmente, em todas as partes e em todos os fóruns, a humanidade luta pela paz e busca alternativas que assegurem um futuro em que homens e mulheres possam realizar-se plenamente e viver em harmonia com a natureza.

No entendimento de que o momento é propício para o estabelecimento de novos modelos que privilegiem sobretudo o ser humano, riqueza maior em qualquer país, afirmamos que o caminho para devolver esse encantamento ao mundo é o desenvolvimento da cultura, porque é ela que expressa toda a obra do ser humano e suas relações com a paisagem.

Afirmamos que o desenvolvimento cultural está diretamente relacionado ao desenvolvimento sustentado, à situação de pleno emprego, ao fim da exclusão e da discriminação.

O caminho para a cultura é a educação, as ações afirmativas e o envolvimento de todas as pessoas na construção dessa nova cultura, que, no nosso meio, pode ser entendida como a construção de um novo Brasil em um mundo solidário.

Os participantes do Fórum constatam também que a edificação da democracia participativa deve dar-se dentro de um contexto de Projeto Nacional e

que a democratização dos meios de comunicação e informação é condição fundamental para alcançar esse objetivo.

Tomando por base a Agenda 21 para a Cultura, o Fórum Regional de Políticas Culturais propõe a seguinte linha de ação:

- 1) Incentivar a criação de Conselhos de Cultura no âmbito comunitário, municipal, estadual e federal, com a missão de democratizar o fazer cultural e serem os executores da Agenda 21;
- 2) Lutar pela criação de Conselhos de Ética e Cidadania, com a missão de assegurar probidade à administração pública em todos os níveis e trabalhar para a democratização da comunicação e informação;
- 3) Estimular a ação integrada entre municípios, Estados e a União para que em todos os municípios sejam criados centros culturais, bibliotecas, barracões culturais, circos, entre outros;
- 4) Construir políticas públicas que integrem cultura e educação e lutar para que todas as escolas disponham de oficinas de arte e bibliotecas;
- 5) Apoiar toda ação afirmativa de setores sociais, como movimentos das mulheres, povos indígenas e negros, caminhos de identificação cultural, sustentabilidade e inclusão;
- 6) Lutar para que os governos, em todos os níveis, destinem no mínimo 2% dos recursos orçamentários à cultura;
- 7) Reivindicar a integração de políticas públicas e fazer com que os recursos públicos obtidos através da renúncia fiscal das estatais sejam aplicados prioritariamente em ações públicas, dirigidas principalmente às áreas de patrimônio material e imaterial e de livro/leitura;
- 8) Incentivar políticas públicas de livro/leitura com vistas à democratização do acesso a todos os outros bens culturais;
- 9) Propor que a gestão do Fundo Nacional de Cultura fundamente-se em critérios públicos e com a máxima transparência possível;
- 10) Propor a imediata ativação do Fundo de Cultura e Arte (Ficarte), garantindo a participação da sociedade na definição dos critérios;
- 11) Trabalhar, de maneira participativa, para a revisão da legislação atual e para a consolidação de nova legislação que regule a comunicação e a informação para assegurar o respeito à ética, a diversidade cultural

- brasileira, a democratização através da produção regional e a maior participação da comunidade;
- 12) Propor que se estabeleçam taxas sobre a circulação da propaganda nos meios de comunicação dados em concessão e que esses recursos sejam incorporados ao Fundo Nacional de Cultura (FNC);
 - 13) Apoiar as iniciativas do Ministério da Cultura de atuar descentralizada-mente em todo o país e os esforços com vistas a desburocratizar e democratizar o acesso;
 - 14) Propugnar para que, no âmbito das relações internacionais, sejam privilegiadas as relações com os países da América Latina e Caribe, com ênfase nos integrantes do Mercosul, com liberação das alfândegas para produtos culturais;
 - 15) Cobrar do governo brasileiro o posicionamento favorável à retirada dos bens e serviços culturais do âmbito de negociações da OMC (Organização Mundial para o Comércio) e sua passagem para a Unesco. Eles passariam a ser considerados não mais como mercadorias, e sim como bens de exceção cultural imprescindível para a humanidade.

Rio Claro, 23 de maio de 2003.

Fórum Regional de Políticas Culturais

Participantes:

Aliança e Orquestra de Tambores Ilo Bogbo Aiye; Aliança por um Mundo Responsável e Solidário; Agora em Defesa do Eleitor e da Democracia; Arquivo Público e Histórico "Oscar de Arruda Penteados"; Artistas sem Fronteiras; Assessoria de Juventude de Rio Claro-SP; Associação Afro-Brasileira de Rio Claro; Associação Afro-Brasileira de Capoeira; Associação Afro-Descendentes Arco-Íris Rio Claro; Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas; Associação Cultural Quarteto de Cordas de Ribeirão Preto; Associação de Apoio ao Menor e Adolescente "Cristo é a Libertação"; Associação de Músicos da Banda Sinfônica de Cubatão; Associação Moradores do Bairro São Miguel; Associação Moradores do Cervezão; ATTAC (Advanced Tradewars Tactical Assault and Combat - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos); Banda União dos Artistas Ferroviários; Barrel Cultural Produções; Brazilsite.com; Cadência Ballet; Câmara Municipal de Atibaia; Câmara Municipal de Cordeirópolis; Câmara Municipal de Ipeúna; Câmara Municipal de São Paulo; Câmara Municipal de Sertãozinho; CAPI (Casa Grande e Assessoria em Projetos e Representantes Comerciais Ltda.); Centro de Educação Patrimonial e Ambiental de Porto Alegre; Centro Integral de Loga e Cultura Shanti; Cerâmica Ferreira; Cia. Quanta de Teatro; Clirc (Centro Literário de Rio Claro); Comissão de Moradores do Jardim Guanabara - Rio Claro; Comissão Internacional para Preservação da Diversidade Cultural; CONERC (Conselho da Comissão Negra de Rio Claro); Corredor Intermunicipal de Cultura; Consulado da Mulher de Rio Claro; Cooperarte; Coral Municipal "O Mensageiro" de Rio Claro; CREC (Centro Rio-clarense de Estudos Cinematográficos); Defesa Civil de Rio Claro; Design Studio Carlos Azevedo; EFCH Unicamp; EMEIEF "Limeira"; Engenho 5 - Estratégia - Turismo; Equipe Palmares; Movimento Negro Unificado; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP; Escola de Educação Infantil Girassol; Escola de Samba Grasifs de Rio Claro; Espaço Cultural Ângela Casimiro; Fórum Cultural Mundial; Fórum de Mulheres de Rio Claro; Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Fórum Social Mundial - GT de Cultura; Fórum Coral Mundial; FUNALFA Juiz de Fora; Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro; Fundação Pró-Memória de São Carlos; FUNDART (Fundação de Arte e Cultura de Araraquara); Grupo Bumba Meu Boi Macaxeira; Grupo de Catadores de História Teatrando e Brincando; Grupo de Percussão da UNESP; Grupo Mamulengos "Luz e Cor"; Grupo Musical Balaio

de Paia; Instituto Cultural Baba Toloji; Instituto Pensarte; Instituto Pólis; Movimento Hip Hop Rio Claro; La Red de Productores Culturales de Latinoamérica y el Caribe; Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"; NAlA (Núcleo de Amigos da Infância e Adolescência); N'art (Núcleo de Artistas Plásticos de Rio Claro); Orquestra de Tambores da Biblioteca Mário de Andrade-SP; Orquestra Filarmônica de Rio Claro; Planeta Arco-Íris; Prefeitura Municipal de Americana; Prefeitura Municipal de Araras; Prefeitura Municipal de Cajamar; Prefeitura Municipal de Limeira; Prefeitura Municipal de Paulínia; Prefeitura Municipal de Piracicaba; Prefeitura Municipal de Pirassununga; Prefeitura Municipal de Rio Claro; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste; Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes; Prefeitura Municipal de São Carlos; Raízes, Beleza e Cultura Afro-Brasileira; REBRA (Rede de Escritoras Brasileiras); RELAT (Rede de Escritoras Latino Américas); Rede Brasil de Promotores Culturais e Independentes; Rede Mercosul Cultural; Rede de Mercocidades – UT de Cultura; Rede Mundial de Artistas em Aliança; SBR José do Patrocínio; SEBRAE São Paulo – E.R. São Carlos; Secretaria de Cultura e Turismo de Santa Bárbara D'Oeste; Secretaria de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo; Secretaria do Estado da Cultura; Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro; Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos de Limeira; Secretaria Municipal de Ação Cultural de Piracicaba; Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Americana; Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Araras; Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos; Secretaria Municipal de Ação Social de Rio Claro; Secretaria Municipal de Cultura de Araraquara; Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto; Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; Secretaria Municipal de Esportes de Rio Claro; Secretaria Municipal de Segurança; Sedepama Rio Claro; SENAC Jaú; SENAC Piracicaba; SESC Campinas; SESC São Paulo; SESI CAT "José Felício Castellano" de Rio Claro; Shalom Salam Paz; Soridema; STI Materiais Plásticos, Químico e Farmacêutico de Rio Claro; Tambores da Paz; Terreri Produções Artísticas; Trelelé Kuka Promoções; Shows e Eventos; TUPEC Associação dos Amigos "Tudo Pela Cultura"; Unesp Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Rio Claro; UBE (União Brasileira de Escritores); Unifono (Cooperativa de Trabalho de Fonoaudiologia de Rio Claro); UNIMEP Piracicaba; Universidade Federal Fluminense UFF; Usina do Gasômetro – Porto Alegre; Via Magia; VR – Indústria e Comércio.

